

Lemgruber vai convencer credores a aceitar as adaptações de Sarney

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, viajou ontem para Nova York, levando em sua bagagem algumas posições já delineadas do governo da Nova República com vistas à retomada do processo de renegociação plurianual da dívida externa. Sua missão está bem especificada: acompanhar do diretor da área externa, Carlos Eduardo de Freitas, ele vai desenvolver um trabalho de cunho mais político do que propriamente técnico, ao tentar convencer o comitê assessor de credores brasileiros das adaptações ao acordo pretendidas pelo presidente José Sarney.

Deste modo, Lemgruber não deixará de tocar na preocupação do presidente da República com um eventual comprometimento das contas externas brasileiras — tanto com relação à posição do balanço de pagamentos quanto ao nível das reservas internacionais — na medida em que fatores externos adversos configurarem dificuldades para o pagamento dos juros correntes na fase de consolidação da dívida. Este período, como se sabe, estende-se de 1985 a 1991 e caracteriza-se pelo reescalamento das amortizações, pelo prazo de dezesseis anos, no valor global de US\$ 51,1 bilhões — entre dívida assumida com os bancos privados (US\$ 45,3 bilhões) e empréstimos tomados com o aval de governos (US\$ 5,8 bilhões).

Na rota de encontros, Lemgruber não se limitará apenas a conversas com banqueiros. Ele tentará uma audiência com o presidente do Federal Reserve Board (Fed, o banco central dos Estados Unidos), com a missão de obter de Paul Volcker o indispensável apoio à intenção do go-

verno brasileiro de receber tratamento mais flexível do Fundo Monetário Internacional (FMI) na fixação das metas que vão definir o acordo "stand-by" e que colocará a economia brasileira sob a auditoria do fundo por dezoito meses.

Conforme informou ontem a este jornal o porta-voz do Banco Central, Reginaldo Heller, a passagem de Lemgruber pelos Estados Unidos não será demorada. Seu retorno está previsto para a próxima quinta-feira. Mesmo assim, a investida junto à comunidade financeira internacional reveste-se de importância como um passo a mais no processo de "sondagens" junto aos credores. O presidente do Banco Central vai colocar diante do comitê as pretensões da Nova República de excluir do acordo a exigência do "down-payment" — parcela de US\$ 2,3 bilhões do principal, com vencimentos entre 1985 e 1988 — e da cláusula pela qual o FMI manteria um monitoramento formal sobre a economia do País até o ano 2000.

Uma abertura no tratamento da questão da rolagem dos juros — seja pela forma de empréstimos novos ou mesmo pelo sistema de capitalização — será também tema dos encontros, com o objetivo de encontrar uma saída que resguarde qualquer incapacidade do Brasil de assumir com os compromissos na fase de consolidação. Lemgruber vai reabrir ainda a conversa sobre os "spreads", na tentativa de conseguir tratamento semelhante ao do México. Como se sabe, os contornos da renegociação desenvolvida pela antiga administração previam a incidência da taxa de 1,125% apenas sobre a parcela do principal que fosse vencendo a cada ano, e não sobre o total do estoque das amortizações reescaladas.